



10.15446/fyf.v34n1.84576

Artículos

RELAÇÕES DE DISCURSO E COMPLETUDE MONOLÓGICA: O IMPACTO DA RESTRIÇÃO RITUAL SOBRE O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES INTERATIVAS¹

DISCOURSE RELATIONS AND MONOLOGICAL COMPLETENESS: THE IMPACT OF RITUAL RESTRICTION ON THE ESTABLISHMENT OF INTERACTIVE RELATIONS

*Gustavo Ximenes Cunha*²

Como citar este artigo:

Cunha, G. X. (2021). Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. *Forma y Función*, 34(1). <https://doi.org/10.15446/fyf.v34n1.84576>

Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.

Recebido: 15-01-2020, aceito: 21-07-2020

¹ O presente texto é parte do processo 304244/2019-8 do CNPq.

² ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9953-1204>

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. ximenescunha@yahoo.com.br

Resumo

Na abordagem genebrina para o estudo do discurso (Escola de Genebra), as pesquisas sobre as relações de discurso (ilocucionárias e interativas) e seus marcadores privilegiam o estudo de como o locutor, ao procurar alcançar a completude monológica, estabelece essas relações para produzir um segmento textual (intervenção) completo do ponto de vista informacional. No entanto, essas pesquisas não evidenciam em que medida as restrições rituais, ligadas à preservação das faces e dos territórios em jogo, influenciam o estabelecimento dessas mesmas relações. Por esse motivo, o presente trabalho apresenta uma proposta para o tratamento das relações interativas que considere o impacto das restrições rituais sobre a elaboração da intervenção. Realizando-se em duas etapas (análise das relações genéricas e análise das relações específicas), o procedimento proposto permite um estudo detalhado do papel das relações interativas na gestão de faces e territórios, o que foi atestado por meio da análise do excerto de uma peça teatral.

Palavras-chave: *discurso; estratégia discursiva; interação; marcadores discursivos; pragmática.*

Abstract

In the Geneva approach to the study of discourse (Geneva School), the research on discourse relations (illocutionary and interactive) and their markers privilege the study of how the speaker, to achieve a monological completeness, establishes these relationships to produce an informative textual segment (intervention). However, these studies do not show the influence of ritual restrictions, concerning the preservation of faces and territories, on the establishment of these relationships. Therefore, this paper presents a proposal for the treatment of interactive relationships that considers the impact of ritual restrictions on the elaboration of the intervention. The procedure is performed in two stages —analysis of generic relationships and analysis of specific relationships— and allows a detailed study of the role of interactive relationships in the management of faces and territories, which was confirmed by analyzing the excerpt of a play.

Keywords: *discourse; discourse markers; discursive strategy; interaction; pragmatic.*

I. INTRODUÇÃO

Na abordagem genebrina para o estudo da organização do discurso (ou Escola de Genebra¹), o estudo das relações de discurso é diretamente ligado à noção de completude (Roulet, 1986, 1987, 2000; Roulet, Auchlin, Moeschler, Rubattel & Schelling, 1985; Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001; Burger & Jacquin, 2015). Nessa abordagem, propõe-se que o desenvolvimento da interação é submetido a dois tipos de completude: a dialógica, definindo que a interação apenas se encerra quando os interlocutores alcançam o duplo acordo; e a monológica, definindo que, para que a interação possa se desenvolver e se encerrar, é preciso que cada intervenção constitutiva da troca seja suficientemente adequada, ou seja, satisfaça as restrições comunicativa e ritual. A restrição comunicativa concerne às informações expressas e a seu modo de transmissão, ao passo que a ritual concerne ao processo de gestão conjunta de faces e territórios pelos interlocutores² (Roulet et al., 1985).

Os dois tipos de relações de discurso propostos nesse quadro teórico (ilocucionárias e interativas) se associam a cada um dos tipos de completude. As relações ilocucionárias (*iniciativas* —pergunta, pedido e asserção— e *reativas* —resposta e ratificação— ligam as intervenções produzidas pelos interlocutores ao longo da troca e lhes permitem alcançar a completude dialógica. Já as interativas (argumento, contra-argumento, comentário, preparação, reformulação, sucessão, topicalização e clarificação) ligam um constituinte da intervenção (ato, intervenção ou troca subordinada) a uma informação da memória discursiva³ cuja origem costuma ser outro constituinte textual (ato ou intervenção principal). Estabelecendo esse tipo de relação, o locutor tenta alcançar a completude monológica, produzindo uma intervenção que possa ser considerada pelo interlocutor como suficientemente adequada, isto é, que possa ser avaliada por este como completa (restrição comunicativa) e justificada (restrição ritual) (Roulet et al., 1985).

Embora a definição da completude monológica se baseie nos dois tipos de restrições mencionados, a comunicativa e a ritual, e embora Roulet observe que, «mais ainda do que as restrições comunicativas, são as restrições rituais que influenciam a forma e a estrutura do discurso» (Roulet et al., 1985, p. 12), as pesquisas realizadas nesse quadro teórico sobre as relações interativas e seus marcadores (conectores e estruturas sintáticas) privilegiam o estudo do modo como essas relações permitem ao locutor elaborar uma intervenção suficientemente completa, atendendo apenas à restrição comunicativa (Roulet, 2002a, 2002b, 2003, 2006; Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001). Nesses estudos, o papel das relações interativas na elaboração de uma intervenção justificada, por meio da qual o locutor tenta preservar as faces e os territórios envolvidos, ou não é considerado, ou é deixado em segundo plano (Cunha, 2017a).

Neste trabalho, nosso intuito é evidenciar que a restrição ritual exerce impacto sobre a decisão do locutor por estabelecer ou não uma relação interativa e por sinalizá-la ou não por marcadores. Nesse sentido, buscamos evidenciar que as relações interativas constituem recursos de que o locutor se vale para tentar atender não só à restrição comunicativa, mas também à restrição ritual da completude monológica, produzindo uma intervenção que possa ser avaliada pelo interlocutor como completa desses dois pontos de vista. Para isso, apresentaremos inicialmente o tratamento das relações interativas no quadro teórico em que nos situamos. Em seguida, expandindo esse tratamento, proporemos uma forma de se estudarem essas relações que considere a restrição ritual. Essa proposta será ilustrada com a análise de um fragmento da peça teatral «O santo e a porca», de Ariano Suassuna (2014).

2. O TRATAMENTO DAS RELAÇÕES INTERATIVAS NA ESCOLA DE GENEVRA

Propõe Roulet que o estudo das relações de discurso presentes em uma produção discursiva se realize em dois momentos (Roulet, 2002a, 2003, 2006; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001). Inicialmente, estudam-se as relações de discurso com base em um conjunto de categorias genéricas de relações. Como exposto na introdução, há as categorias de relações ilocucionárias (*iniciativas* —pergunta, pedido e asserção— e *reativas* —resposta e ratificação—) e as categorias de relações interativas (argumento, contra-argumento, comentário, preparação, reformulação, sucessão, topicalização e clarificação). Porque, como vimos, são as relações interativas que permitem o alcance da completude monológica, descreveremos os procedimentos de análise envolvidos no tratamento apenas desse tipo de relações.

Conforme Roulet (2002b, p. 146), o estabelecimento das categorias de relações interativas se baseia na «existência de classes de marcadores linguísticos, como as construções sintáticas e os conectores que, além de instruções específicas, partilham um conjunto de instruções comuns», o que possibilita reunir diferentes conectores como marcadores de categorias genéricas de relações: argumento, contra-argumento, reformulação, etc. Essas categorias se definem ainda por «traços cognitivos de base de natureza interacionista», como preparar, narrar, apoiar/sustentar, completar e reformular/revisar (Roulet, 2002b, p. 149). Nesse primeiro estágio do estudo, é possível descrever o «perfil relacional» de um discurso, colocando em evidência as relações que nele predominam e, assim, sua natureza mais argumentativa, temporal ou reformulativa.

No segundo momento do estudo das relações de discurso, descreve-se a relação específica que liga um constituinte do texto (ato, intervenção ou troca) a uma informação previamente estocada na memória discursiva. Assim, se no primeiro estágio da análise uma relação foi definida genericamente como argumentativa, agora, no segundo estágio, a descrição permite avaliar se essa relação é de motivação, causa, evidência, consequência, argumento potencial, argumento suplementar, exemplificação ou justificação enunciativa (Roulet, 2002a, 2003, 2006; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001).

A descrição da relação específica se baseia em um cálculo inferencial informal. Apoiando-se em contribuições da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1995), Roulet propõe um modelo para o cálculo do percurso inferencial subjacente à interpretação de uma relação específica, cálculo que se realiza em duas fases, a de explicitação e a de implicação (Roulet, 2002a, 2003, 2006, Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001). Na fase de explicitação, que conduz da forma lógica à forma proposicional, promove-se um enriquecimento informacional que consiste na identificação dos argumentos de itens lexicais, bem como dos referentes de pronomes, expressões nominais definidas e desinências verbais. Nessa fase, a análise ocupa-se apenas do que é da ordem do código linguístico (fonologia, sintaxe e semântica) (Moeschler, Reboul, Luscher & Jayez, 1994).

Completando a fase anterior, a de implicação, que conduz da forma proposicional à interpretação final, corresponde a uma análise essencialmente pragmática e inferencial, por possibilitar uma interpretação completa do segmento de discurso em estudo. A obtenção dessa interpretação resulta da combinação das seguintes informações de ordem linguística, textual e referencial: (1) o material linguístico fornecido pela forma proposicional na fase de explicitação, (2) se houver um marcador (conector ou estrutura sintática), as instruções que o caracterizam, (3) informações da memória discursiva procedentes do contexto físico imediato e/ou da memória enciclopédica (conhecimentos de mundo) (Moeschler, 1994; Moeschler et al., 1994; Roulet, 2003). As informações envolvidas nesse cálculo inferencial constituem premissas que conduzem à conclusão (interpretação) sobre a relação específica em exame.

Ilustraremos esse procedimento de análise das relações de discurso, retomando parte do estudo apresentado em Roulet (2003, pp. 156-165). No início de uma interação ocorrida em uma livraria entre o livreiro e um cliente, este demanda um livro⁴:

(1) est-ce que vous avez *La Machine infernale*/(2) parce que/en fait faut que je le lise pour l'école \\\

[(1) você tem *La Machine infernale* [*A Máquina infernal*]/(2) porque/na verdade é preciso que eu o leia para a escola \\\]

Nesse trecho de uma transação de compra e venda de um livro, o cliente faz um pedido indireto («você tem *La Machine infernale* /») e, em seguida, traz como argumento para a realização de seu pedido a informação de que precisa ler *La Machine infernale* para a escola. A função de argumento do segundo ato em relação à informação expressa no primeiro é sinalizada pelo conector argumentativo *parce que* [*porque*]. Com essa análise, chega-se à compreensão de que a relação que liga o segundo ato à informação da memória discursiva com origem no primeiro é a relação genérica de argumento, o que se representa por meio de uma estrutura hierárquico-relacional (Figura 1)⁵.

Nota: ver as abreviaturas relacionadas às Figuras 1 e 2. Fonte: adaptado de Roulet (2003, p. 160).

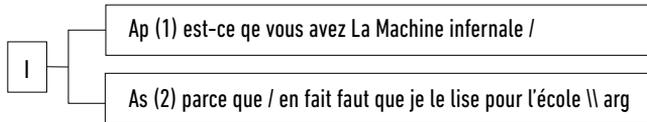


Figura 1. Estrutura hierárquico-relacional

Com o primeiro momento da análise, não é possível identificar a relação específica que liga as informações articuladas pelo *parce que* [*porque*]. Essa identificação apenas se obtém por meio do cálculo do percurso inferencial que conduz da forma proposicional à interpretação final. Na Tabela 1, reproduzimos o cálculo com que Roulet (2003, pp. 163-164) chega a uma interpretação acerca da relação específica ligando as informações no fragmento.

Tabela 1. Cálculo do percurso inferencial

Premissa 1: Informação linguística	O cliente demanda ao livreiro se ele tem <i>La Machine infernale</i> .
Premissa 2: Informação lexical (instrução dada por <i>parce que</i>)	Se se diz <i>parce que</i> x, é para apresentar x como a causa de um ato y.
Premissa 3: Informação referencial	O cliente acaba de demandar a compra de <i>La Machine infernale</i> .
Premissa 4: Informação referencial	O fato de que se deva ler um livro para a escola pode ser a causa da compra desse livro.
Conclusão: Interpretação	O cliente apresenta a necessidade de ler <i>La Machine infernale</i> para a escola como uma justificação de sua demanda de compra.

Fonte: Roulet (2003, pp. 163-164).

Na Tabela 1, a primeira premissa diz respeito à forma proposicional (ou forma lógica enriquecida); a segunda traz a instrução dada pelo conector *parce que* [*porque*]; a terceira explicita o valor ilocucionário intencionado pelo cliente; a quarta corresponde a uma hipótese sobre a função do ato introduzido pelo conector. A partir dessas premissas, obtém-se a conclusão de que a relação específica ligando as informações no fragmento em análise é uma relação de justificação enunciativa.

Como se percebe, a análise, interessada apenas nos aspectos informacionais da relação, evidencia em que medida o locutor, estabelecendo uma relação de discurso, busca produzir uma intervenção suficientemente completa. No entanto, não evidencia em que medida ele, estabelecendo essa mesma relação, busca produzir uma intervenção suficientemente justificada ou que não coloque em risco as faces e os territórios em jogo. Constata-se, assim, que o tratamento proposto por Roulet (2003) para as relações interativas focaliza somente a exigência comunicativa da completude monológica, deixando de lado o impacto que a restrição ritual exerce sobre o estabelecimento dessa relação.

Na análise da fala do cliente, não se considerou, por exemplo, o papel da relação de argumento (justificação enunciativa) na produção de uma demanda menos invasiva do território do livreiro. Afinal, justificar a realização de uma demanda pode fazer com que esse ato seja compreendido como menos impositivo e o locutor, seja avaliado como menos autoritário (Martel, 2008). Na interpretação da demanda, desconsiderou-se ainda o papel da justificação na própria percepção pelo livreiro do valor ilocucionário do ato, realizado indiretamente pelo cliente por questões de polidez (Kerbrat-Orecchioni, 1992; Vidal, 1995, 2006; Filliettaz, 2011; Cunha, 2017a). Se o cliente justifica sua pergunta sobre a existência do livro com a alegação de que precisa lê-lo para a escola, essa pergunta precisa ser interpretada como uma demanda e não como um questionamento sobre a composição do estoque da loja. Com a justificação, evidencia-se o valor ilocucionário do ato a que se liga, valor que poderia não ser percebido, dada sua indiretude.

Expandindo o procedimento elaborado por Roulet, apresentaremos no próximo item uma proposta para o tratamento das relações interativas que busque considerar o papel da exigência ritual da completude monológica no estabelecimento dessas relações.

3. PROPOSTA PARA O ESTUDO DA DIMENSÃO RITUAL DAS RELAÇÕES INTERATIVAS

De maneira mais ou menos sistemática, diferentes trabalhos pertencentes à tradição enunciativa ou à tradição interacionista dos estudos da linguagem têm revelado o papel de algumas relações de discurso e seus marcadores (mas principalmente da relação de concessão) na dimensão ritual ou dramática do discurso (Ducrot et al., 1980; Moeschler

& Spengler, 1982; Vincent & Heisler, 1999; Ducrot, 2005; Doury & Kerbrat-Orecchioni, 2011; Laforest, 2012; Perrin, 2012; Pons Bordería, 2016; Kuyumcuyan, 2016). No entanto, como argumentamos em Cunha (no prelo), as indicações disponíveis desse papel são ainda isoladas e não permitem constituir uma abordagem única para o estudo da maneira como as relações de discurso e seus marcadores permitem aos interlocutores construir imagens de si ao longo da interação.

É por isso que uma proposta para o tratamento das relações interativas que, como a nossa, tenha por finalidade evidenciar o impacto que sobre elas exerce a restrição ritual da completude monológica precisa partir da hipótese de que essas relações, em seu conjunto, constituem recursos dos quais os interlocutores se valem para construir conjuntamente imagens identitárias (faces e territórios) ao longo da interação. Uma tal hipótese geral sobre o papel das relações de discurso na co-construção de imagens identitárias pode ser formulada nos seguintes termos:

[...] as relações de discurso que o locutor estabelece entre as informações que expressa permitem a ele antecipar-se a possíveis objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na busca por fazer com que o outro não avalie essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território. (Cunha, no prelo)

Partindo dessa hipótese geral sobre a dimensão figurativa ou ritual das relações de discurso, em que elas surgem como recursos de que o locutor se vale para tentar evitar ofensas ao interlocutor e as objeções que delas podem decorrer, estenderemos o procedimento de análise das relações em dois momentos ou estágios (estudo das relações genéricas e estudo das relações específicas), tal como proposto por Roulet (2003, 2006; Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001), à compreensão do impacto da exigência ritual da completude monológica sobre o estabelecimento das relações interativas. Esse procedimento será apresentado por meio da análise do excerto abaixo, extraído da peça teatral «O santo e a porca», de Ariano Suassuna (2014, pp. 44-46). Para uma melhor compreensão do excerto e de sua análise, antecedem o texto, entre colchetes, algumas informações contextuais. No excerto, a numeração indica sua segmentação em atos.

[Escrita na década de 1950, a peça encena uma história que se passa no interior do Nordeste do Brasil, como sugerido pelo subtítulo da peça («imitação nordestina de Plauto») e como é recorrente na obra de Ariano Suassuna. Na história, Margarida, filha de Eurício, namora escondido Dodó, filho de Eudoro, um fazendeiro. Margarida

e Dodó pertencem a famílias influentes da região. Em momento anterior ao retratado no excerto, Eudoro, que não sabe do namoro de seu filho com Margarida, enviou uma carta a Euricão avisando que chegaria em breve à sua casa para «privá-lo de seu mais precioso tesouro» (p. 40). Caroba e Pinhão são empregados de Euricão. No fragmento, Caroba esclarece suas razões para crer que o «tesouro» a que Eudoro se referiu na carta é Margarida.]

CAROBA — [...] (1) Vou dizer uma coisa curta e certa aos dois [Dodó e Margarida]: (2) não descubram a história não, (3) porque o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento.

DODÓ — (4) O quê? (5) Você está doida, mulher?

CAROBA — (6) Estou nada, homem! (7) Seu pai não é viúvo?

DODÓ — (8) É.

CAROBA — (9) A senhora não passou um tempo lá [na fazenda de Eudoro]?

MARGARIDA — (10) Passei.

CAROBA — (11) Ele não simpatizou com a senhora?

MARGARIDA — (12) Simpatizou.

CAROBA — (13) Ele não disse, na carta, que vinha roubar o tesouro mais precioso de Seu Euricão?

PINHÃO — (14) Disse.

CAROBA — (15) Então o que é que vocês querem mais? (16) É casamento no duro! [...]

DODÓ — (17) Está bem, Caroba, (18) vou seguir seu conselho. (19) E se tudo se resolver a contento, (20) eu saberei mostrar minha gratidão. [...]

No estudo do impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas, o primeiro momento da análise (estudo das relações genéricas) deve ter como resultados não só a compreensão de como o locutor, por meio dessas relações, tenta alcançar a completude monológica (produzindo uma intervenção que evite prejuízos às faces e aos territórios e, conseqüentemente, a realização de objeções pelo interlocutor), mas também a compreensão de como o interlocutor avalia essa tentativa do locutor. Por isso, nesse momento da análise, é preciso dispor de instrumentos conceituais para definir as expectativas dos interlocutores, no que se refere ao modo esperado de gerir faces e territórios em dado contexto.

Na abordagem de Leech (1983, 2007, 2014) para o estudo da im/polidez, as noções de Princípio de Polidez e de máximas de polidez⁶ correspondem a normas gerais que,

a nosso ver, explicitam expectativas dos interlocutores sobre como devem agir para preservar as faces e os territórios. Dada a generalidade dessas noções, entendemos que elas constituem um conjunto suficientemente abrangente e flexível de instrumentos para auxiliar na tarefa de interpretar quais prejuízos às faces e aos territórios em jogo o locutor tenta evitar, ao estabelecer uma relação. Por essa razão, nesse momento inicial da análise, vamos nos valer dessas noções⁷.

Na primeira intervenção do excerto, o primeiro ato («(1) Vou dizer uma coisa curta e certa aos dois») constitui uma preparação metadiscursiva com a qual Caroba chama a atenção de Dodó e Margarida para o que dirá. Do ponto de vista ritual, essa preparação permite à personagem atribuir um alto valor à sua própria opinião, violando, assim, a máxima de reticência de opinião (dê um baixo valor às opiniões do locutor) (Leech, 2014, p. 91). O ato (2) («não descubram a história não») dessa intervenção é o ato que dá sua orientação ilocucionária e expressa uma ordem direta, como indica o verbo no imperativo. A ordem é um ato que coloca em risco o território de quem a recebe, por poder ser avaliada por esse como uma tentativa de seu produtor de restringir sua liberdade de ação (Brown & Levinson, 1987; Vidal, 1995, 2006; Culpeper, 1996).

No excerto em análise, a ordem expressa por Caroba, em (2), constitui uma intromissão no território de Dodó e Margarida, por contrariar a decisão previamente tomada por eles de revelar o namoro a seus pais, Eurodo e a Euricão⁸, e, portanto, uma violação da máxima de tato (dê um baixo valor aos desejos do falante). E vale destacar que Caroba, enquanto funcionária na casa de Euricão, ocupa posição social inferior à de Dodó e Margarida⁹, o que pode contribuir para que esses avaliem a ordem como ainda mais invasiva/agressiva e como uma demonstração de impertinência (Holtgraves, 1994). A impertinência, conforme Kerbrat-Orecchioni (1992), é uma inferência que pode surgir quando um taxema (marcador de relação vertical de lugares/poderes ou «relacionema vertical») de posição alta é utilizado por alguém que ocupa, na estrutura macrossocial que enquadra uma interação, uma posição social considerada inferior. A ordem é um exemplo de taxema de posição alta.

Para amenizar os prejuízos que a ordem antecedida da preparação pode causar para as faces e os territórios dos interlocutores, Caroba subordina à ordem um argumento («(3) porque o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento») com que justifica a própria realização da ordem. Com esse argumento, Caroba implica que seu ato tem uma motivação, não constituindo um meio de se colocar acima de seus padrões, e impede que Dodó abra uma troca subordinada sobre as condições de realização do

ato, troca que poderia ser iniciada por uma objeção como: «Quem você pensa que é para nos dar uma ordem?».

Nessa perspectiva, a relação de argumento é o recurso com que Caroba revela sua busca por participar da interação, sem infringir normas sociais (expectativas) relativas ao modo de gerir faces e territórios nesse contexto. Em outros termos, o argumento ameniza prejuízos que a produção da ordem causaria junto ao território dos interlocutores e auxilia a personagem a construir um contexto em que o cuidado com o território de Dodó e Margarida é um valor. Por isso, as relações de discurso devem ser entendidas como um recurso de que os interlocutores se valem não só para expressar o modo como compreendem o contexto, mas também para construí-lo (Filliettaz, 2006, 2014).

Porém, Caroba justifica a ordem fazendo uma afirmação sobre um fato desconhecido de Dodó e Margarida, fato que, no entanto, os afeta profundamente: «(3) porque o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento». Dodó reage a essa afirmação de forma agressiva com uma objeção: «(4) O quê? (5) Você está doida, mulher?». Essa objeção revela que, aos olhos de Dodó, Caroba adotou uma linha de conduta contrária às suas expectativas para o contexto, ao fazer uma afirmação aparentemente impensada, já que desprovida de qualquer argumento ou evidência, e imprudente, já que invasiva das relações (familiares e amorosas) dos interlocutores. Dessa forma, Dodó, por meio de sua reação, evidencia que Caroba o ofendeu, ao atribuir um alto valor aos seus próprios desejos ou ímpetos (infração da máxima de tato) e ao atribuir um alto valor às suas próprias opiniões (infração da máxima de reticência de opinião). Com essa objeção, Dodó abre uma troca subordinada com a qual busca clarificar a intervenção produzida por Caroba. Por isso, essa troca se liga à intervenção de Caroba por uma relação de clarificação.

Nessa troca subordinada, Caroba produz uma reação complexa à objeção de Dodó. A complexidade dessa reação constitui um indício de que, aos olhos de Caroba, a objeção de Dodó foi altamente ofensiva, pois violou, ao mesmo tempo, as máximas de concordância (dê um alto valor às opiniões do outro), de aprovação (dê um alto valor às qualidades do outro) e de simpatia (dê um alto valor aos sentimentos do outro). Em um primeiro momento, Caroba reage negativamente («(6) Estou nada, homem!»), expressando sua percepção do ataque sofrido. Se a personagem apenas dissesse «Estou nada, homem!», Dodó poderia manifestar novamente sua descrença na opinião de Caroba, formulando, agora de forma assertiva, sua objeção, algo como: «Está doida sim!». Para evitar um processo de negociação conflituoso como esse, que permite aos interlocutores expressarem o abandono do Princípio de Polidez (nota 7) e que é peri-

goso para alguém que, como Caroba, ocupa uma posição social inferior (Holtgraves, 1994; Cunha & Tomazi, 2019), a personagem defende a afirmação de que não está doida (ato 6) por meio de uma grande intervenção subordinada com função de argumento e formada pelos atos (7-16). A função de argumento dessa intervenção subordinada pode ser atestada por um conector argumentativo como «Afinal»: «Estou nada, homem! [Afinal] Seu pai não é viúvo?».

Nessa intervenção subordinada com função de argumento, Caroba traz, primeiro, as evidências de que dispõe para ter afirmado, em (3), «o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento» e, em seguida, a conclusão que se pode derivar dessas evidências. As evidências são expressas não em um constituinte de natureza monológica (intervenção), mas em um constituinte de natureza dialógica (troca) (atos 7-14), o que parece se explicar pela vontade de Caroba de mostrar aos interlocutores e sobretudo a Dodó, que a chamou de «doida», que as evidências são do conhecimento de todos, não precisando nem mesmo ser explicitadas. Em uma troca formada por quatro perguntas fechadas (atos 7, 9, 11 e 13), que recebem sempre a resposta afirmativa dos interlocutores (atos 8, 10, 12 e 14), a personagem traz quatro argumentos que levam à conclusão expressa nos atos (15-16) («(15) Então o que é que vocês querem mais? (16) É casamento no duro!»), conclusão que reformula a justificativa dada em (3). O conector *então* é a marca com que Caroba não só indica a subordinação da troca à intervenção introduzida por *então*, mas também implica que as informações expressas na troca subordinada constituem premissas das quais a hipótese do casamento é a conclusão inevitável.

Essa análise revela que Caroba tenta alcançar a completude monológica de sua intervenção construindo uma sequência argumentativa formada por tese («Estou nada, homem!»), argumentos/premissas (a troca) e conclusão («Então o que é que vocês querem mais? É casamento no duro!»). Nesse sentido, essa intervenção parece constituir a tentativa da personagem de construir uma intervenção que atenda não só à restrição comunicativa (intervenção suficientemente informativa, formada por tese, argumentos e conclusão e com evidências plausíveis para o que afirma), mas também à restrição ritual (intervenção que valorize a face de Caroba, mostrando a razoabilidade de sua afirmação, e que não ataque a de Dodó, o que ocorreria, se Caroba, para se opor à ofensa sofrida, optasse por fórmulas convencionais de impolidez, como xingamentos [Culpeper, 2011]). Nesse caso, o atendimento à restrição comunicativa contribuiu para o atendimento à restrição ritual¹⁰.

A estratégia adotada por Caroba tem o efeito desejado, já que, na sequência da peça, Dodó, após alguma reticência, reage positivamente: «(17) Está bem, Caroba, (18) vou

seguir seu conselho. (19) E se tudo se resolver a contento, (20) eu saberei mostrar minha gratidão.» Nessa reação, ele aceita a razoabilidade do ponto de vista de Caroba e decide seguir sua ordem de não revelar o namoro, ordem que recategoriza como «conselho», e recompensá-la. A reação de Dodó sugere, assim, a revisão/eliminação de sua objeção inicial: «(5) Você está doida, mulher?». A estrutura hierárquico-relacional presente na Figura 2 representa o estudo das relações interativas genéricas do excerto em análise.

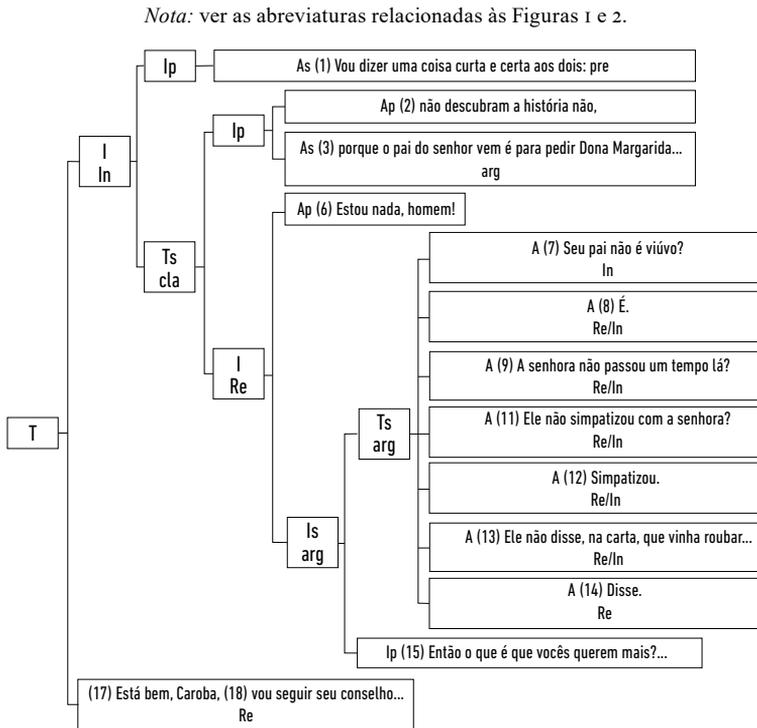


Figura 2. Estrutura hierárquico-relacional

A análise desenvolvida até o momento permitiu uma primeira aproximação (ou interpretação) do impacto que a exigência ritual da completude monológica exerce sobre o estabelecimento das relações interativas, bem como das consequências que o estabelecimento dessas relações traz para as faces e os territórios em jogo. Entretanto, em que pese o interesse dessa análise, não se explicou o percurso inferencial que subjaz à interpretação das relações interativas. Para se chegar a uma explicação dessa natureza, é preciso neste momento da análise realizar um cálculo inferencial que, assim como o proposto por Roulet (2002a, 2003, 2006, Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001),

reúna informações linguísticas, textuais e referenciais necessárias à interpretação da relação. Contudo, diferentemente de Roulet, que realiza o cálculo com o fim de explicar o papel das relações de discurso na elaboração de uma intervenção completa (exigência comunicativa), realizaremos o cálculo para explicar o papel dessas mesmas relações na elaboração de uma intervenção justificada ou que não coloque em risco as faces e os territórios (exigência ritual)¹¹.

Por motivo de espaço, analisaremos apenas duas relações interativas, ambas de argumento e estabelecidas por Caroba em intervenções distintas do excerto em análise. Porque adota uma perspectiva interacionista, Roulet postula que a avaliação da completez monológica cabe ao interlocutor (Roulet et al., 1985). Por isso, a definição das informações de ordem referencial (suposições contextuais, para a Teoria da Relevância [Sperber & Wilson, 1995]) que são relevantes para nossa interpretação das relações estabelecidas por Caroba foi guiada pelas reações de Dodó.

Assim, com o cálculo da relação específica, propomos, de maneira evidentemente aproximativa e hipotética, em virtude do gênero de discurso em estudo, o percurso inferencial que Dodó precisaria realizar para reagir da forma como reagiu, após cada uma das intervenções de Caroba. Em outros termos, não pretendemos que os percursos inferenciais que serão apresentados tenham alguma realidade cognitiva, não podendo evidentemente ser atribuídos às personagens. Eles devem ser entendidos antes como nossa interpretação dos percursos inferenciais que precisam subjazer à articulação de cada reação de Dodó as informações do cotexto (falas de Caroba), para que essa articulação faça sentido. Desse modo, são esses percursos que fazem com que, na interpretação do analista, a interação entre as personagens resulte plausível ou coerente e possa ser considerada uma representação (e não uma reprodução) do que se passa numa interação autêntica, isto é, não literária ou não produzida para fins de análise.

A seguir, reproduzimos a intervenção em que Caroba estabelece a primeira relação selecionada para análise (relação de argumento que liga a intervenção —1-2— e o ato —3—) e a reação de Dodó (atos 4-5).

CAROBA — (1) Vou dizer uma coisa curta e certa aos dois [Dodó e Margarida]: (2) não descubram a história não, (3) porque o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento.

DODÓ — (4) O quê? (5) Você está doida, mulher?

No cálculo inferencial presente na Tabela 2, que segue, buscamos simular o percurso interpretativo que subjaz à objeção de Dodó: «(4) O quê? (5) Você está doida, mulher?».

Tabela 2. Cálculo do percurso inferencial

Forma lógica enriquecida	Caroba ordena a Dodó e a Margarida que não contem o namoro a seus pais («descobrir a história»), porque Eudoro, pai de Dodó, vem à casa de Euricão para pedir sua filha, Margarida, em casamento.
Premissa 1: Informação referencial	Caroba ocupa uma posição social inferior à de Dodó e Margarida, que são membros de famílias influentes da região. Além disso, Margarida é filha de seu patrão.
Premissa 2: Informação referencial	Porque a interação se caracteriza por uma hierarquia social entre os interlocutores, uma ordem dada por Caroba a Dodó e a Margarida é prejudicial para as faces e os territórios de ambos.
Premissa 3: Informação referencial	Porque Caroba sustenta a realização da ordem com uma justificativa, ela consegue amenizar seu grau de agressividade.
Premissa 4: Informação referencial	Porque a justificativa consegue amenizar o grau de agressividade da ordem, Dodó não pode fazer uma objeção sobre a realização do ato.
Premissa 5: Instrução dada pelo <i>porque</i>	Se se diz <i>porque x</i> , é para apresentar x como a causa de um ato y.
Premissa 6: Informação referencial	Porque Caroba não traz qualquer evidência para a afirmação com que justifica a ordem e porque a afirmação, recaindo sobre planos do pai de Dodó, é surpreendente, essa afirmação pode ser avaliada por Dodó como impensada, sem nexos.
Premissa 7: Informação referencial	Afirmações não justificadas, ainda mais se recaem sobre as relações amorosas/afetivas do interlocutor, podem ser nocivas a seu território.
Premissa 8: Informação referencial	O interlocutor, ainda mais se ocupa posição social superior à do locutor, pode fazer objeções sobre a intervenção do locutor.
Interpretação	Para Dodó, a atitude de Caroba de fazer uma afirmação sobre a vontade de seu pai, Eudoro, de pedir Margarida, sua namorada, em casamento, sem trazer qualquer evidência para essa afirmação, é injustificada e, portanto, invasiva de seu território. Seu julgamento acerca da incompletude da intervenção de Caroba se reflete na abertura de uma troca subordinada, em que questiona sua sanidade mental: «O quê? Você está doida, mulher?».

O percurso interpretativo presente na Tabela 2 explicita que, do ponto de vista de Dodó, Caroba, ao estabelecer a relação de justificação enunciativa entre a intervenção (1-2) e o ato (3), conseguiu evitar uma objeção sobre suas razões para a realização da ordem, mas não conseguiu evitar outra sobre as evidências para a afirmação com que justifica a ordem. Com a objeção «(4) O quê? (5) Você está doida, mulher?», Dodó ataca a face de Caroba, na tentativa de reparar a sua, previamente atacada pela omissão de evidências.

A seguir, reproduzimos parcialmente o trecho em que Caroba estabelece a segunda relação selecionada para análise (relação de argumento entre o ato —6— e a intervenção —7-16—) e a reação de Dodó (atos 17-20).

CAROBA — (6) Estou nada, homem! (7) Seu pai não é viúvo?

DODÓ — (8) É.

[...]

CAROBA — (15) Então o que é que vocês querem mais? (16) É casamento no duro! [...]

DODÓ — (17) Está bem, Caroba, (18) vou seguir seu conselho. (19) E se tudo se resolver a contento, (20) eu saberei mostrar minha gratidão. [...]

Na Tabela 3, apresentamos o cálculo com que simulamos o percurso interpretativo que permite a Dodó, ao final da troca, reagir positivamente («Está bem, Caroba, vou seguir seu conselho»).

Tabela 3. Cálculo do percurso inferencial

Forma lógica enriquecida	Caroba nega estar doida por ter afirmado que «o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento». A essa fala Caroba subordina uma intervenção (7-16) formada por uma troca que é subordinada à intervenção introduzida pelo conector <i>então</i> ¹² .
Premissa 1: Informação referencial	Se quem nega (ou reage negativamente) ocupa uma posição social inferior à do interlocutor, a reação negativa pode ser avaliada como uma afronta, uma impertinência, ou seja, como um ataque à face do interlocutor.
Premissa 2: Informação referencial	Espera-se que quem reage negativamente justifique sua reação. Do contrário, a reação pode ser alvo de objeções do interlocutor.
Premissa 3: Informação referencial	Se quem reage negativamente justifica essa reação com argumentos considerados plausíveis (não utilizando, por exemplo, xingamentos ou ofensas diretas), a reação pode ser interpretada como menos agressiva.
Premissa 4: Informação referencial	Na intervenção que Caroba subordina ao ato «Estou nada, homem!», as perguntas da personagem são evidências que traz para provar a pertinência (a razoabilidade) da afirmação feita previamente: «o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento».
Premissa 5: Informação referencial	Se Caroba utiliza o conector <i>então</i> , é para sinalizar que finalizou a etapa de apresentação de evidências para introduzir uma conclusão derivada dessas mesmas evidências: «Então o que é que vocês querem mais? É casamento no duro!».

Premissa 6: Informação referencial	Porque o esquema argumentativo proposto por Caroba (evidências seguidas de conclusão) é avaliado por Dodó como razoável, este precisa rever sua suposição inicial de que Caroba teria adotado um comportamento ofensivo, ao afirmar: «o pai do senhor vem é para pedir Dona Margarida em casamento».
Interpretação	Para Dodó, as evidências trazidas por Caroba são razoáveis (satisfatórias, plausíveis) e constituem boas razões para que Dodó e Margarida sigam seu conselho e, se tudo der certo, a recomensem.

Tal percurso interpretativo, elaborado a partir da reação final de Dodó (atos 17-20), revela que, do ponto de vista dessa personagem, a relação de argumento (evidência) que Caroba estabelece entre o ato (6) e a intervenção (7-16) contribuiu para a elaboração de uma intervenção suficientemente adequada, que não coloca em risco as faces e os territórios dos interlocutores, não se fazendo necessária a realização de nova objeção. Nesse sentido, a promessa de Dodó de recompensar Caroba revela que, com a relação de evidência, ela conseguiu, ao mesmo tempo, restaurar o equilíbrio das relações de faces e territórios, equilíbrio previamente abalado pela produção do ato (3), e contribuir para a manutenção de um contexto em que a escolha das estratégias para a gestão de faces e territórios está profundamente atrelada às posições sociais assimétricas ocupadas pelas personagens. É nesse sentido que, como informado, as relações de discurso permitem aos interlocutores não apenas expressarem o modo como compreendem o contexto, tornando públicas as expectativas (sociais, morais) subjacentes ao encontro, mas ainda participarem de sua construção, evidenciando a tentativa de negociar (reforçar ou modificar) essas mesmas expectativas (Filliettaz, 2006, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo das relações de discurso e de seus marcadores, tal como proposto por Roulet (2002a, 2003, 2006; Roulet, Filliettaz & Grobet, 2001), privilegia-se o modo como o locutor, estabelecendo relações interativas, busca atender à exigência comunicativa da completude monológica, elaborando uma intervenção que possa ser avaliada pelo interlocutor como suficientemente completa. Nesse estudo, deixa-se em segundo plano a análise de como essas relações auxiliam o locutor na produção de uma intervenção que possa ser avaliada pelo interlocutor como suficientemente justificada ou como uma intervenção que não coloca em risco as faces e os territórios em jogo. Por isso, esse estudo não possibilita uma compreensão precisa e sistemática das relações interativas e de seus marcadores no processo de figuração ou no modo como os interlocutores co-constróem imagens de si e do outro.

A partir dessa lacuna, o presente trabalho apresentou uma proposta de análise das relações de discurso que considera o impacto da exigência ritual sobre a elaboração da

intervenção. Essa proposta se justifica pelo fato de que a completude monológica, como discutido por Burger & Jacquin (2015), não constitui um fenômeno apenas linguístico (lexical, sintático e semântico), mas ainda pragmático. Realizando-se em duas etapas (a da análise das relações genéricas e a da análise das relações específicas), o procedimento permitiu um estudo detalhado do papel das relações de discurso na dinâmica do processo de figuração.

Com base na hipótese de que o locutor estabelece uma relação com o intuito de tentar evitar objeções que o interlocutor possa lhe endereçar quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, vimos, por meio da análise do excerto de uma peça teatral, que as relações de discurso exercem papel de primeira importância na compreensão do modo como os interlocutores interagem, fazendo a gestão de faces e territórios. Em virtude das relações que o locutor estabelece ou deixa de estabelecer e da maneira como o interlocutor avalia a intervenção assim elaborada pelo locutor, ambos, a longo da interação, realizam diferentes manobras (atacar ou preservar as faces em jogo, invadir ou expor a ataques os territórios envolvidos, revelar ataques cometidos, reparar ataques sofridos, etc.), tornando públicas e negociando as expectativas que subjazem ao encontro.

Com essa proposta, intencionamos contribuir com uma melhor compreensão do impacto que as restrições de natureza ritual, ligadas ao processo de gestão de faces e territórios, exercem no estabelecimento das relações de discurso. Esperamos fomentar, assim, o debate acerca da dimensão ritual ou dramática das relações de discurso, bem como a realização de estudos sistemáticos sobre as funções figurativas dessas relações e de seus marcadores (conectores e estruturas sintáticas) em todo tipo ou gênero de discurso, fenômeno, a nosso ver, ainda amplamente inexplorado.

5. REFERÊNCIAS

- Berrendonner, A. (1983). Connecteurs pragmatiques et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, 5, 215-246.
- Brown, P., & Levinson, S. C. (1987). *Politeness. Some universals in language use*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511813085>
- Burger, M., & Jacquin, J. (2015). La textualisation de l'oral: éléments pour une observation de la construction collaborative de la complétude. En J.-M. Adam (Coord.), *Faire texte. Frontières textuelles et opérations de textualisation* (pp. 277-318). Presses universitaires de Franche-Comté.
- Culpeper, J. (1996). Towards an Anatomy of Impoliteness. *Journal of Pragmatics*, 25(3), 349-367. [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3)

- Culpeper, J. (2011). *Impoliteness. Using Language to Cause Offense*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511975752>
- Cunha, G. X. (2017a). O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. *ALFA: revista de linguística*, 61, 599-623. <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1711-6>
- Cunha, G. X. (2017b). O impacto da dimensão situacional do discurso sobre a articulação textual. *Calidoscópio*, 15, 375-387. <https://doi.org/10.4013/cld.2017.152.14>
- Cunha, G. X. (2019). Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. *Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 35(2), 1-28. <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350208>
- Cunha, G. X. (No prelo). Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. *Linguística (ALFAL)*.
- Cunha, G. X., & Tomazi, M. M. (2019). O uso agressivo da linguagem em uma audiência: uma abordagem discursiva e interacionista para o estudo da im/polidez. *Calidoscópio*, 17, 297-319. <https://doi.org/10.4013/cld.2019.172.05>
- Doury, M., & Kerbrat-Orecchioni, C. (2011). La place de l'accord dans l'argumentation polémique: les cas du débat Sarkozy/Royal (2007). *A contrario*, 16(2), 63-87. <https://doi.org/10.4013/cld.2019.172.05>
- Ducrot, O. (2005). Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. Em M. Doury, & S. Moirand (Coord.), *L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation* (pp. 17-34). Presses de la Sorbonne Nouvelle.
- Ducrot, O., Bourcier, D., Bruxelles, S., Diller, A. M., Fouquier, É., Gouazé, J., ... Sirdar-Iskandar, C. (1980). *Les mots du discours*. Minuit.
- Filliettaz, L. (2006). La place du contexte dans une approche praxéologique du discours: le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques*, 129-130, 71-88. <https://doi.org/10.3406/prati.2006.2097>
- Filliettaz, L. (2011). Asking Questions... Getting Answers: A Sociopragmatic Approach to Vocational Training Interaction. *Pragmatics and Society*, 2(2), 234-259. <https://doi.org/10.1075/ps.2.2.06fil>
- Filliettaz, L. (2014). L'interaction langagière: un objet et une méthode d'analyse en formation des adultes. Em J. Friedrich, & J. C. P. Castro (Coord.), *Recherches en formation des adultes: un dialogue entre concepts et réalité* (pp. 127-162). Éditions Reason et Passions.
- Filliettaz, L., & Roulet, E. (2002). The Geneva Model of Discourse Analysis: An Interactionist and Modular Approach to Discourse Organization. *Discourse Studies*, 4(3), 369-392. <https://doi.org/10.1177/14614456020040030601>

- Goffman, E. (1967[1955]). On Face-Work: An Analysis of Ritual Elements in Social Interaction. Em E. Goffman, *Interaction Ritual. Essays on face-to-face behavior* (pp. 5-45). Pantheon Books. <https://doi.org/10.4324/9780203788387-2>
- Goffman, E. (1973). *La mise en scène de la vie quotidienne. Les relations em public*. Les Éditions de Minit.
- Grice, H. P. (1975). Logic and Conversation. Em P. Cole, & J. L. Morgan (Coord.), *Syntax and Semantics: Speech Acts* (pp. 41-58). Academic Press. https://doi.org/10.1163/9789004368811_003
- Holtgraves, T. (1994). Communication in Context: Effects of Speaker Status on the Comprehension of Indirect Requests. *Journal of experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition*, 20(5), 1205-1218. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.20.5.1205>
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1992). *Les interactions verbales*. Colin.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (2004). *Il fait vraiment chaud aujourd'hui! Vous voulez boire quelque chose?* Le «travail des faces» dans l'échange initié par une offre. Em A. Auchlin et al. (Coord.), *Structures et discours: mélanges offerts à Eddy Roulet* (pp. 417-432). Éditions Nota bene.
- Kuyumcuyan, A. (2016). Entre connecteur et modalisateur: à propos de quelques emplois de autant/façon de dire que. *Journal of French Language Studies*, 26, 29-43. <https://doi.org/10.1017/S0959269515000423>
- Laforest, M. (2012). De l'intérêt d'articuler les dimensions discursive et interactionnelle de la conversation: le cas d'une profession en voie de légitimation. *Langue Française*, 175(3), 91-109. <https://doi.org/10.3917/lf.175.0091>
- Lakoff, R. (1977). What you can do with Words: Politeness, Pragmatics and Performatives. Em A. Rogers, B. Wall, & J. P. Murphy (Coord.), *Proceedings of the Texas Conference on performatives, presuppositions and implicatures* (pp. 94-120). Center for Applied Linguistics.
- Leech, G. (1983). *Principles of Pragmatics*. Longman.
- Leech, G. (2007). Politeness: Is there an East-West Divide? *Journal of Politeness Research*, 3(2), 167-206. <https://doi.org/10.1515/PR.2007.009>
- Leech, G. (2014). *The Pragmatics of Politeness*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195341386.001.0001>
- Martel, G. (2008). Performance... et contre-performance communicationnelles: des stratégies argumentatives pour le débat politique télévisé. *Argumentation et Analyse du Discours*, 1, 2-12. <https://doi.org/10.4000/aad.302>
- Moeschler, J, Reboul, A., Luscher, J. M., & Jayez, J. (1994). Langage et pertinence: aspects linguistiques et pragmatiques du langage naturel. Em J. Moeschler, A. Reboul, J. M.

- Luscher, & J. Jayez. (Coord.), *Langage et pertinence* (pp. 15-38). Presses Universitaires de Nancy.
- Moeschler, J. (1985). *Argumentation et conversation. Éléments pour une analyse pragmatique du discours*. Hatier-Credif.
- Moeschler, J. (1994). Pragmatique intégrée et pragmatique cognitive. Em J. Moeschler, & A. Reboul (Coord.), *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique* (pp. 79-194). Éditions du Seuil.
- Moeschler, J., & Spengler, N. de. (1982). La concession ou la réfutation interdite, approches argumentative et conversationnelle. *Cahiers de linguistique française*, 4, 7-36.
- Olivier, C. (1995). Une soirée de concert en qualquel «interactèmes»: à propos de La Sonate et les trois messieurs de Jean Tardieu. Em C. Kerbrat-Orecchioni, & C. Plantin (Coord.), *Le trilogue* (pp. 250-283). Presses Universitaires de Lyon.
- Perrin, L. (2012). Modalisateurs, connecteurs, et autres formules énonciatives. *Arts et Savoirs*, 2, 1-24. <https://doi.org/10.4000/aes.500>
- Pons Bordería, S. (2016). Evolución diacrónica de *o sea*. *Boletín de La Real Academia Española*, 46, 291-350.
- Rossari, C. (1994). Homogénéité et hétérogénéité: la dimension compositionnelle dans l'ouverture de Jacques, *Le Fataliste*. *Cahiers de linguistique française*, 15, 275-294.
- Roulet, E. (1986). Complétude interactive et mouvements discursifs. *Cahiers de linguistique française*, 7, 189-206.
- Roulet, E. (1987). Complétude interactive et connecteurs reformulatifs. *Cahiers de linguistique française*, 8, 111-140.
- Roulet, E. (1999). *La description de l'organisation du discours*. Didier.
- Roulet, E. (2000). Enoncé, tour de parole et projection discursive. Em A. C. Berthoud, & L. Mondada (Coord.), *Modèles du discours en confrontation* (pp. 5-22). Peter Lang.
- Roulet, E. (2002a). Une comparaison entre deux approches de la description des relations de discours dans un texte de presse. Em M. Carel (Coord.), *Les facettes du dire: hommage à Oswald Ducrot* (pp. 297-312). Éditions Kimé.
- Roulet, E. (2002b). De la nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. Em H. L. Andersen, & H. Nolke (Coord.), *Macro-syntaxe et macro-sémantique* (pp. 141-165). Peter Lang.
- Roulet, E. (2003). Une approche modulaire de la problématique des relations de discours. Em H. Mari (Coord.), *Análise do discurso em perspectivas* (pp. 149-178). FALE/UFGM.
- Roulet, E. (2006). The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. Em K. Fischer (Coord.), *Approaches to Discourse Particles* (pp. 115-131). Elsevier.

- Roulet, E., Auchlin, A., Moeschler, J., Rubattel, C., & Schelling, M. (1985). *L'articulation du discours en français contemporain*. Peter Lang.
- Roulet, E., Filliettaz, L., & Grobet, A. (2001). *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Peter Lang.
- Sperber, D., & Wilson, D. (1995). *Relevance: communication and cognition*. Blackwell.
- Suassuna, A. (2014). *O santo e a porca*. José Olympio.
- Urbano, H. (2008). O diálogo teatral na perspectiva da Análise da Conversação. Em D. Preti (Coord.), *Diálogos na fala e na escrita* (pp. 195-224). Humanitas.
- Vidal, M. V. E. (1995). Cortesía, fórmulas convencionales y estrategias indirectas. *Revista española de Lingüística*, 25(1), 31-66.
- Vidal, M. V. E. (2006). El estudio de la cortesía. Em *Introducción a la pragmática* (pp. 141-160). Ariel.
- Vincent, D., & Heisler, T. (1999). L'anticipation d'objections: prolepse, concession et réfutation dans la langue spontanée. *Revue québécoise de linguistique*, 27(1), 15-31. <https://doi.org/10.7202/603164ar>
- Watts, R. J. (2003). *Politeness*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511615184>

6. ABREVIATURAS

T	Troca
Ts	Troca subordinada
I	Intervenção
Ip	Intervenção principal
Is	Intervenção subordinada
Ap	Ato principal
As	Ato subordinado
pre	Preparação
arg	Argumento
cla	Clarificação
In	Iniciativa
Re	Reativa
Re/In	Reativa e iniciativa

NOTAS

- 1 Constituindo-se em torno de Eddy Roulet, na Universidade de Genebra, essa abordagem surge no final dos anos 1970 com o objetivo de descrever, numa perspectiva pragmática e interacionista, a articulação dos atos de fala na estrutura de discursos autênticos (*i.e.*, não fabricados para fins de análise) (Roulet et al., 1985; Moeschler, 1985). Posteriormente, a partir dos anos 1990, essa abordagem passa a se interessar pela descrição e explicação da complexidade da organização de toda forma de discurso (oral, escrito, dialógico, monológico, literário, não-literário). Para isso, concebe o discurso como interação verbal situada e como o resultado da combinação de informações de três dimensões (linguística, textual e situacional) e, por meio de metodologia modular de análise, incorpora contribuições de pesquisadores que se centraram em aspectos isolados da organização do discurso (Roulet, 1999; Roulet, Fillietaz & Grobet, 2001; Fillietaz & Roulet, 2002; Cunha, 2019).
- 2 Goffman (1967[1955], p. 5) define a noção de face como «a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados». Já a noção de território diz respeito aos direitos que cada pessoa reivindica e à defesa desses mesmos direitos. Os direitos que formam o território constituem um campo de objetos físicos e simbólicos cujos limites costumam ser preservados e defendidos (Goffman, 1973). Em Brown e Levinson (1987), as noções de face e território são reinterpretadas como face positiva e face negativa, respectivamente.
- 3 Definida por Berrendonner (1983, p. 230) como «o conjunto dos saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores», a memória discursiva abarca «os diversos pré-requisitos culturais (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc.) que servem de axiomas aos interlocutores para conduzir uma atividade dedutiva», assim como «as enunciações sucessivas que constituem o discurso» (Berrendonner, 1983, pp. 230-231).
- 4 Convenções de transcrição utilizadas no trecho: /- \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente), // = \ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente). As convenções completas utilizadas em grande parte dos trabalhos filiados à Escola de Genebra podem ser consultadas em Roulet, Fillietaz & Grobet (2001, p. 407). A numeração indica a segmentação do texto em atos.
- 5 Os termos utilizados na elaboração das estruturas presentes neste trabalho encontram-se ao final do artigo, após as referências.
- 6 O Princípio de Polidez «é uma restrição observada no comportamento comunicativo humano, que nos influencia a evitar discordância ou ofensa comunicativa e a manter ou aumentar concordância ou cortesia comunicativa» (Leech, 2014, p. 87). Esse princípio se concretiza em um conjunto de máximas de polidez que, assim como as conversacionais de Grice (1975), podem ser seguidas ou deliberadamente violadas pelo locutor, com o fim de provocar inferências (implicaturas para Grice). As máximas propostas por Leech (1983, 2014) são: tato, generosidade, aprovação, modéstia, concordância, simpatia, obrigação (do locutor para o outro), obrigação (do outro para o locutor), reticência de opinião e reticência de sentimento. Na versão mais recente de sua abordagem, Leech (2014) reúne as máximas em pares, sendo uma máxima de valorização do outro e a outra de desvalorização do locutor. Por exemplo, formam um par as máximas de generosidade (atribua um alto valor aos desejos do outro) e tato (atribua um baixo valor aos desejos do locutor) (Leech, 2014, p. 91).
- 7 Em função do objetivo deste trabalho de compreender o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas, consideraremos na análise apenas a interação entre

as personagens presentes no excerto. Assim, seguindo parte dos estudos sobre o texto teatral conduzidos numa perspectiva interacionista (Rossari, 1994; Olivier, 1995; Culpeper, 1996; Roulet, 1999; Kerbrat-Orecchioni, 2004; Urbano, 2008), não estudaremos a interação que se estabelece entre o autor da peça e seus leitores, por meio do texto teatral. Não estudaremos ainda a influência dessa interação entre autor e leitores sobre a interação entre as personagens, embora saibamos que as propriedades dessa interação se devem aos objetivos de um autor interagindo com um público (Cunha, 2017b).

- 8 O casal (personagens) tinha decidido revelar o namoro aos pais nesta passagem: «DODÓ — Talvez você [Margarida] tenha razão, é melhor confessar. Quando ele [Euricão] chegar, descobrimos tudo e ficamos de joelhos diante dos dois [Eudoro e Euricão], pedindo consentimento para nos casar» (Suassuna, 2014, p. 44).
- 9 O uso assimétrico das formas de tratamento «senhor» e «dona» no excerto (apenas Caroba os utiliza) é uma evidência de que as personagens pautam suas (inter)ações por essa hierarquia social.
- 10 Nem sempre a restrição comunicativa está a serviço da restrição ritual. Como revelam os estudiosos da im/polidez, a produção de um ato de fala indireto, como uma ordem, pode se dever à busca de seu produtor por não atacar a face do interlocutor. Nesse caso, a falta de informações ou de clareza (a indiretude) é compensada pela manutenção ou criação de uma harmonia social. No âmbito dos estudos da im/polidez, essa oposição é entendida como um conflito entre máximas conversacionais (p. ex., seja claro) e máximas de polidez (p. ex., dê um baixo valor aos desejos do locutor) (Lakoff, 1977; Vidal, 1995; Leech, 2014). No que concerne ao estudo das relações interativas, a compreensão da interação complexa entre restrições comunicativas e rituais demanda a realização de estudos aprofundados.
- 11 Aproximamo-nos, assim, de Watts (2003), que se vale da Teoria da Relevância para analisar fenômenos de im/polidez.
- 12 Na forma lógica enriquecida, devem constar todas as informações postas e pressupostas ativadas no segmento de discurso considerado. Sendo assim, a forma lógica enriquecida do segmento produzido por Caroba e interlocutores deveria conter todas as informações que mobilizam. Apenas por motivo de espaço, referimo-nos somente às propriedades hierárquicas do segmento.